

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS

CHAMADA DE BOAS PRÁTICAS NA RECEPÇÃO E NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE POPULAÇÃO INDÍGENA REFUGIADA E MIGRANTE DA VENEZUELA

1. INTRODUÇÃO

A **Chamada de Boas Práticas na Recepção e na Promoção da Cidadania de população Indígena Refugiada e Migrante da Venezuela** organizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil e pelo Ministério da Cidadania tem por objetivo reconhecer as respostas emergenciais e as soluções duradouras implantadas pelos entes federativos, bem como por integrantes da Academia e por organizações da sociedade civil em prol da população em foco. Considera-se, ainda, que esta ação poderá contribuir na construção de uma resposta coordenada ao presente cenário de intensificação do fluxo migratório, bem como apoiar a qualificação de políticas públicas para o atendimento dos povos indígenas refugiados e migrantes.

Conforme informado no edital da Chamada, uma Comissão formada pelo ACNUR e pelo Ministério da Cidadania será responsável pela análise das propostas, bem como pela seleção simplificada de oito (8) experiências que serão destaque entre as Boas Práticas e apresentadas em Workshop Nacional. As oito (8) propostas de Boas Práticas selecionadas serão contempladas com os meios para participarem presencialmente.

Isto posto, o processo seletivo simplificado obedecerá à metodologia de avaliação de projetos e de experiências descrita abaixo.

2. MARCOS METODOLÓGICOS DE AVALIAÇÃO

I FASE - ELIMINATÓRIA

Recebimento da proposta:

Somente as propostas enviadas por meio de formulário eletrônico serão avaliadas.

II FASE - CLASSIFICATÓRIA

De acordo com o edital, as propostas devem demonstrar componentes de inovação e adaptação dos serviços, perpassando por processos sustentáveis e intersetoriais, sobretudo que integrem e trabalhem componentes de idade, gênero e diversidade, além de que, precisam se enquadrar nos critérios dos seguintes eixos de trabalho: **Abrigamento, Proteção Comunitária e Meios de Vida**.

Cada eixo de trabalho conta com uma série de indicadores, que serão sobrepostos às propostas enviadas, atribuindo-se a cada um deles uma nota de 0-5. A nota zero será atribuída quando o indicador não se aplicar à proposta – exemplo: quando nela não houver nenhuma ação de mediação de conflitos será aplicado a nota 0 neste indicador. Serão selecionados os projetos que obtiverem as maiores pontuações, na soma de todos os indicadores.

Procurar-se-á aplicar o limite de 3 propostas por eixo (Abrigamento, Proteção Comunitária e Meios de Vida) e por região brasileira (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), no sentido de proporcionar uma discussão mais ampla geograficamente e sobre temas distintos, salvo no caso de número inferior de inscrições remetidas de uma ou mais regiões.

Casos omissos serão decididos pela Comissão de Avaliação, de acordo com conveniência e oportunidade.

2.1 ABRIGAMENTO/ACOLHIMENTO: Dentro do escopo deste eixo considerar-se-á os serviços de acolhimento em redes hoteleiras; locação temporária pelo poder público por meio de contratos, de casas para acomodar grupos familiares em contínuo acompanhamento socioassistencial; adequação de espaços disponíveis no território que possam ser utilizados como alojamento provisório, como escolas, igrejas, quadras de esportes ou clubes. A infraestrutura básica deve ter sido pensada a partir da quantidade de pessoas em cada local e seguir os padrões estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as orientações do SUAS. Nos projetos relacionados ao eixo Abrigamento procurar-se-á encontrar na inscrição os seguintes indicadores, os quais nortearão a classificação e a possibilidade de seleção:

INDICADORES

Infraestrutura: Acolhimento em espaço com padrões de qualidade, acessibilidade, privacidade e segurança, que considerem vínculos preexistentes e comportem diferenças culturais.

Plano de Atendimento Individual: Construção de diagnósticos sobre situações específicas. Considera-se o trabalho intersetorial, como por exemplo, o apoio à regularização documental.

Equipes Multidisciplinares de Atendimento e Capacitação Profissional: Referência à equipe multidisciplinar de atendimento, além de participação de processos de educação permanente, que contribuam para atuação sensível e adequada ao público alvo.

Regras de Funcionamento e Convivência: Apontamentos sobre a construção de regras de organização e convivência pautadas na garantia do respeito à dignidade, à privacidade, aos vínculos familiares e comunitários e no fortalecimento da autonomia dos usuários e da colaboração entre usuários e profissionais

Mediação de Conflitos: Construção de estratégias voltadas à mediação de conflitos que leve em consideração, inclusive, as práticas que os públicos alvos costumam adotar.

Monitoramento: Frequente monitoramento dos serviços de acolhimento para identificação de possibilidade de aprimoramento.

Proteção de Públicos Específicos: Arranjos que assegurem a proteção específica de grupos vulneráveis como crianças, idosos, mulheres, LGBTQI+ e outros.

➤ **Segurança:** Garantia de segurança no local de acolhimento.

➤ **Segurança Alimentar:** Promoção de segurança alimentar, com acesso à alimentação saudável e, se possível, elaborada a partir das referências dos grupos.

➤ **Participação Social:** ações que promovam participação e engajamento da população nos serviços, nos territórios e nas diversas instâncias sociais com fortalecimento da autonomia, auto-sustentação e exercício da cidadania.

Intersetorialidade: Delineamento de estratégias intersetoriais ao trabalho social com as populações indígenas refugiadas e migrantes, considerando que a proteção social não é apenas de responsabilidade da assistência social, requerendo o envolvimento também das políticas de saúde, segurança alimentar, educação e outros.

Sustentabilidade: Estratégias estruturais na realização de acolhimento institucional para além de respostas emergenciais, que promovam o acesso e o usufruto de direitos e contribuam na recepção segura e de qualidade.

Fonte: O ACNUR Brasil em parceria com o Ministério da Cidadania e com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançaram dois guias de referência para população indígena refugiada e imigrante: *Guia de Proteção Comunitária de Pessoas Indígenas Refugiadas e Imigrantes*, 2021; *Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante*, 2021. Disponíveis em: <https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>

2.2 PROTEÇÃO COMUNITÁRIA:

O eixo Proteção Comunitária está subdividida em Proteção Social e Promoção Social e pretende identificar projetos e experiências inovadoras que tenham por objetivos fortalecer vínculos e construir alternativas interculturais. Destaca-se também aqueles que tenham sido desenvolvidos em cidades com a presença da população indígena atendida. Nesse sentido serão consideradas estratégias de prevenção e respostas emergenciais, tais como: garantia de documentação civil; garantia de matrícula de crianças e jovens no sistema educativo brasileiro; fomento de manifestações culturais; garantia de

atendimento especializado no Sistema Único de Atenção Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS); criação de estratégias de prevenção de violência; dentre outros.

2.3 MEIOS DE VIDA:

O eixo de Meios de Vida buscará sistematizar as boas práticas relacionadas às estratégias de médio e longo prazo com objetivo de gerar renda segura e trabalho conjunto com a população em processos interculturais em áreas urbanas, tais como: apoio no acesso ao mercado de trabalho e ao trabalho decente; capacitação para geração de autonomia financeira; promoção a inclusão e educação financeiras.

- **O mesmo grupo de indicadores balizarão a avaliação das propostas enviadas para os eixos Proteção Comunitária e Meios de Vida.**

INDICADORES

Sustentabilidade: Projetos que tenham se firmado para além de uma ação específica e emergencial. *Municípios e Estados:* Projetos consolidados em políticas públicas, se possível, com previsão orçamentária. *Universidades e Sociedade civil:* Respostas emergenciais que tenham se firmado como projetos sustentáveis. Ex: Projeto de Extensão Universitária.

Equipes Multidisciplinares de atendimento: Referência à equipe multidisciplinar de atendimento que contribuam para atuação sensível e adequada ao público alvo. Exemplo: antropólogo, psicólogo, profissional indígena, assistente social e outros.

Participação da comunidade na proteção comunitária: Relato sobre o engajamento por parte da comunidade e a garantia de elaboração conjunta de alternativas para a construção de novos vínculos e senso de pertencimento aos novos contextos.

Inovação: Projetos e ações inovadores no trabalho social com os indígenas refugiados e migrantes, para além das iniciativas contínuas de proteção.

Intersetorialidade: Delineamento de estratégias intersetoriais ao trabalho social com as populações indígenas refugiadas e migrantes, considerando que a proteção social não é apenas de responsabilidade da assistência social, requerendo o envolvimento também das políticas de saúde, segurança alimentar, educação e outros.
